

**A + B** (14 out. 1886)\*

A. – Estive há poucos minutos com uma senhora, que veio desconsolada da sessão da assembleia geral,<sup>1</sup> vulgo fusão.<sup>2</sup> Rejeitou um passeio nesse dia, só para ter o gosto de ver a cousa, e não viu nada.

B. – Como, nada?<sup>3</sup>

A. – Nada, ou quase nada, disse-me ela; tal qual a passagem de Vênus,<sup>4</sup> tão rara como a fusão de câmaras,<sup>5</sup> e que eu também não vi nem por sombras. Respondi-lhe galantemente, que a passagem de Vênus não era rara, visto que ela ia todos os dias à rua do Ouvidor, e que se a não via, é porque a rua do Ouvidor não é um espelho. Parece-me que disse uma fineza, não achas?

B. – Talvez duas; mas a questão é saber por que é que ela não viu nada.

A. – Espera. Dita a fineza, insinuei-lhe que era melhor que nesse<sup>6</sup> dia tivesse ido ela comigo à câmara dos deputados...

B. – Mas não havia lá ninguém!<sup>7</sup>

---

\* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886), DRR (p. 21-24) e OCA2008 (v. 4, p. 667-668). Texto-base: GN. Editores: José Américo Miranda e Gilson Santos.

<sup>1</sup> assembleia geral,] Assembleia geral, – em OCA2008.

<sup>2</sup> Ver nota n. 7 em “A + B (22 set. 1886)” e nota n. 12 em “A + B (16 set. 1886)”.

<sup>3</sup> Como, nada?] Como nada? – em DRR e em OCA2008.

<sup>4</sup> Passagem de Vênus, ou trânsito de Vênus, é um evento cósmico raro, que consiste na passagem de Vênus à frente do Sol (do ponto de vista de quem está na Terra) – é como ocorre nos eclipses: os três corpos (Terra, Vênus e Sol) ficam alinhados. As passagens de Vênus são raras, acontecem a cada 243 anos, e tendem a ocorrer em pares, separadas por oito anos. Nas proximidades da época em que esta crônica foi escrita, houve passagens de Vênus em 1874 e 1882. (Cf. WIKIPÉDIA. Disponível em:<<https://bit.ly/30oyZvB>>.)

<sup>5</sup> câmaras,] Câmaras, – em OCA2008 (nesta edição, a letra inicial desta palavra, tanto no singular como no plural, é sempre maiúscula).

<sup>6</sup> nesse] neste – em DRR e em OCA2008.

<sup>7</sup> A assembleia geral se reuniu no senado. (Cf. A fusão, *Gazeta de Notícias*, p. 1, 10 out. 1886.) A julgar pela data da sessão da assembleia, esta crônica foi escrita (a crer também no cronista) no dia 9 de outubro. Dizia a notícia: “No senado reuniu-se ontem a assembleia geral, para rejeitar as emendas acerca da lei do elemento servil. [...] Muita gente nas galerias, patriotas dedicados e damas curiosas.” A presença de

A. – Foi o que ela me replicou; eu disse-lhe que por isso mesmo que não havia ninguém, é que devíamos ir. Ela fez então o que devia: corou. Tu farias a mesma cousa; tu coravas.

B. – Mas se eu estou corando.

A. – Esperei que descorasse. Logo que descorou, expliquei-lhe que era para vermos, a gosto, na sala de espera, as tribunas que se mandaram fazer há tempos para os oradores, e que duraram, com perdão da palavra, *l'espace d'un matin*.<sup>8</sup> Ela, que esteve em Paris, perguntou-me espantada por que<sup>9</sup> eram muitas tribunas, em vez de uma, como viu lá. Respondi-lhe primeiramente, que as nossas eram duas, de vinhático e ridículas. Depois, dei-lhe a razão de serem duas.

B. – Que razão, homem de Deus?

A. – A razão foi terem feito a encomenda a um marceneiro que não tinha estado, por exemplo, em França, onde teria visto o que era a tribuna, que forma tinha, e em que lugar se punha; em seguida não terem emendado o regimento, que obriga a falar ao presidente, etc.<sup>10</sup>

B. – És sincero? Confessa que pregaste a essa senhora uma formidável amolação.

A. – Ao contrário.

B. – Não acredito... tu...

A. – Achou tanto interesse, que me perguntou por que é que as tribunas estavam na sala de espera, à vista de todos; expliquei-lhe que era para consolação dos contribuintes atrasados. Em seguida, falou-me de um discurso do jovem deputado Afonso Celso Júnior, que concluiu pedindo a supressão das bolas de votação.<sup>11</sup>

---

muitas mulheres nas galerias pode ter sugerido ao cronista a ideia desta crônica, que gira em torno uma mulher que foi à assembleia geral.

<sup>8</sup> Verso de Malherbe, muito citado por Machado de Assis, do poema “Consolation à M. du Perrier”, motivado pela morte de sua filha. Eis a estrofe de que consta o verso: “Mais elle étoit du monde, où les plus belles choses / Ont le pire destin; / Et rose elle a vécu ce que vivent les roses, / L'espace d'un matin.” (MALHERBE, 1797, p. 135-139.)

<sup>9</sup> por que] porque – em DRR e em OCA2008.

<sup>10</sup> Diz o regimento, em seu Art. 78: “Nenhum deputado poderá falar sem ter pedido a palavra, declarando se pretende falar pró ou contra, e lhe ter sido concedida, *dirigindo sempre o discurso ao presidente*, ou à câmara em geral.” (REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados, 1881, p. 28, grifo nosso.)

<sup>11</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), que tinha 26 anos quando esta crônica foi publicada, foi político e escritor, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em que ocupou a cadeira 36, cujo patrono é Teófilo Dias. O “Regimento interno da câmara dos deputados” aprovado em 1870, em seu “capítulo XII” (DO MODO DE VOTAR), art. 184, dispõe o seguinte: “A votação pro escrutínio secreto sobre negócios de interesse particular, quando tenha lugar nos termos do art. 178, se praticará por meio de esferas, procedendo-se à chamada e lançando cada deputado em uma urna, colocada em frente da

B. – Então a votação é por bolas?

A. – Aí está; você nem isto<sup>12</sup> sabe. É por bolas; a cor da bola dá a significação do voto. Ela perguntou-me se cada bola tinha escrito o nome do deputado; naturalmente disse-lhe que não; se tivesse o nome escrito, quebrava-se o sigilo, que é a alma deste mundo e do outro. Para isso a câmara, quando quer votação nominal, há de votar primeiro que o quer, – coisa tão rara como a passagem de Vênus.

B. – Mas, com os diabos, voltemos ao princípio! Por que é que ela não viu nada?

A. – Agora o amolador és tu. Deixa-me<sup>13</sup> concluir. Sabes o que ela me disse, depois de alguns minutos de reflexão? Que o melhor de tudo, nestas reformas parlamentares de uso interno, era fazer como se faz na indústria nacional dos chapéus...

B. – Essa agora!

A. – Foi o que eu lhe disse, mas por outras palavras delicadas; notei-lhe até certa contradição... Ela respondeu-me com um discurso do Martinho Campos.<sup>14</sup>

B. – Mas isso não é mulher, é um volume de *Anais*!

A. – O Martinho Campos, disse-me ela, esclareceu este negócio dos chapéus, no senado;<sup>15</sup> declarou que o nosso chapéu vem todo de França, aos pedaços; aqui o que se faz, é enformá-lo, expô-lo, comprá-lo e usá-lo. É o que se devia fazer com a tribuna. Depois, estendeu-me a mão, despedindo-se; eu perguntei-lhe por que<sup>16</sup> motivo não vira nada na assembleia<sup>17</sup> geral.

B. – Enfim!

---

mesa, à medida que o 1º secretário pronunciar o seu nome, uma esfera branca, se o voto for a favor, ou preta se for contrário à matéria proposta. Para este fim receberá do contínuo uma esfera branca, e outra preta. A esfera inutilizada, isto é, aquela que não servir para exprimir o voto, será lançada em outra urna.” (REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado, 1881, p. 57.) Não localizamos o discurso em que Afonso Celso Júnior pede a supressão desse sistema de votação.

<sup>12</sup> isto] isso – em OCA2008.

<sup>13</sup> deixa-me] deixe-me – em DRR e em OCA2008.

<sup>14</sup> Martinho Álvares da Silva Campos (1817-1887) foi senador por Minas Gerais de 1882 a 1887. (Cf. <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2113>>.) Não localizamos o mencionado discurso de Martinho Campos.

<sup>15</sup> senado;] Senado; – em OCA2008.

<sup>16</sup> por que] porque – em DRR.

<sup>17</sup> assembleia] Assembleia – em OCA2008.

A. – Ela emendou a mão. Ver, sempre viu alguma cousa; mas ia com a esperança de uma sessão cálida, agitada, muitos discursos; ouviu apenas três; não ouviu o primeiro, mas há de lê-lo, quando sair.<sup>18</sup>

JOÃO DAS REGRAS.

### Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar (2008).

### Referências

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

---

<sup>18</sup> Era costume na época a publicação, em jornal, não só dos discursos proferidos no parlamento, mas de todos os debates. Na sessão da assembleia geral do dia 9, falaram cinco parlamentares: Cristiano Otoni, Alves de Araújo, Gomes de Castro, Afonso Celso Júnior e Alencar Araripe. O primeiro a falar foi Cristiano Otoni; a fala de Alves de Araújo não estava prevista (ele falou por ter dado um aparte a Cristiano Otoni). Os três discursos ouvidos pela senhora que lá esteve foram os de Gomes de Castro, Afonso Celso e Alencar Araripe. (Cf. *Gazeta de Notícias*, p. 1 e p. 2, 10 out. 1886; e *Jornal do Commercio*, p. 1, 10 out. 1886.)

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.  
Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.